



MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2021/2025

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2023

Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro

de

29 de novembro de 2023

----- Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório da Vila do Gerês, realizou-se a quinta e última sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e três da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1.Apreciação da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto-Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; -----

2.Análise e votação da Taxa do IMI para 2024; -----

3.Análise e votação da TMDP para 2024;-----

4.Análise e votação da taxa de Derrama para 2024; -----

5.Análise e votação da Taxa variável do IRS para 2024;-----

6.Análise e votação dos Documentos Previsionais para 2024; -----

7.Análise e conhecimento do Relatório semestral SROC – 1.º semestre de 2023;-----

8.Análise e votação da Quarta Revisão aos documentos previsionais para o ano de 2023;-----

9.Análise e votação de Transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal do Cávado – CIM Cávado;-----

10.Designação de Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil;-----

11.Análise e votação da alteração ao Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio Destinado ao Fomento da Produção Pecuária no Município de Terras de Bouro;

12.Voto de Pesar – Senhor Francisco de Assis Alves de Campos.-----

---- Assumiu a Presidência desta reunião, o Presidente da Assembleia Municipal, senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Elisa Lameira, o lugar de segunda secretária. -----

----- Estiveram presentes nesta reunião, a representar a Câmara Municipal, o senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo e os vereadores, Isménia Loureiro e António Cunha. -----

----- Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e sete, tendo-se verificado as faltas justificadas: do

senhor Presidente da Junta de Freguesia da Balança, sendo este substituído, nos termos da Lei pela senhora Maria Fernanda Chaves Afonso e ainda dos senhores presidentes de junta de freguesia de Gondoriz e Vilar da Veiga que não se fizeram substituir na sessão.--

----- Comprovada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e concedeu a palavra ao senhor Primeiro Secretário para este dar conhecimento da correspondência recebida, tendo colocado, logo de seguida, a mesma à disposição para consulta. -----

---- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Assim sendo, colocou-se à consideração a ata da sessão ordinária de trinta de setembro e não sendo objeto de intervenções, foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.-----

----- Passou-se, então, ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Seguidamente, inscreveu-se para usar da palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira. -----

----- Face ao supra exposto, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira iniciou a sua intervenção nos moldes que, de seguida, se transcrevem: -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

Exmos. Membros da Assembleia Municipal e demais elementos aqui presentes-----

Boa noite! -----

Nesta, que será a última assembleia municipal do ano de 2023, gostaria de deixar uma nota relativamente ao balanço da intervenção do município no que diz respeito às suas várias atribuições. Num período que se fazia prever crítico, um período pós-pandemia, com uma guerra e uma crise económica, o Município conseguiu manter durante este ano, o bom ritmo das intervenções e projetos, e garantir o apoio essencial às Juntas de Freguesia. É evidente o cuidado para com as diferentes necessidades apresentadas pelas freguesias. Não houve contratempo económico ou político, que desviasse o foco das prioridades do nosso concelho. Foi a requalificação das estradas, intervenções na rede de água e saneamento, a requalificação e preservação de património, foi a criação de infraestruturas vitais ao concelho, como o Auditório Municipal, o Centro Municipal de

Proteção Civil, a Estratégia Local de Habitação... que será um projeto muito, mas muito importante. Que o destino no nosso concelho permaneça neste rumo certo nos próximos anos. -----

No que concerne a este último trimestre, queria destacar alguns eventos e iniciativas promovidas pelo Município, tais como as comemorações do Dia do Município, celebrado a 20 de Outubro, com a homenagem de 2 presidentes da câmara, que deixaram inegavelmente o seu legado em Terras de Bouro. O reconhecimento de um cargo demasiado exigente e nobre, em prol da causa pública que não poderia ter data mais oportuna para esta homenagem. A par destes dois autarcas, também o clero que se viu homenageado, na pessoa do Dom Roberto Mariz, que sempre se mostrou disponível para apoiar causas sociais, que entre outras, destaco a disponibilização de cabazes alimentares a vários agregados familiares em período de pandemia em articulação com outras entidades concelhias tais como a CPCJ e o CLDS4G.-----

Pela relevância da sua intervenção, também queria deixar referência à realização do 1º Encontro da CPCJ de Terras de Bouro - Desafios e Conquistas na proteção das crianças e jovens - Promover, prevenir e proteger. Esta iniciativa assinalou a comemoração dos 20 anos da CPCJ no concelho de Terras de Bouro. Foram centenas de crianças que foram protegidas e cuidadas por esta entidade, nem sempre bem entendida pela comunidade. Tendo sido membro da CPCJ durante muitos anos, e conhecendo bem as dificuldades e desafios deste trabalho, deixo aqui o meu reconhecimento a esta equipa que faz um trabalho notável no nosso concelho.-----

Quero destacar ainda, outra iniciativa, o I Fórum Intermunicipal de promoção da Saúde Mental que o Município de Terras de Bouro, juntamente com os municípios de Amares e Vila Verde, promoveu no dia 18 de outubro, em Amares. No próximo ano, o evento será realizado aqui no nosso concelho uma vez que felizmente já dispomos de um local digno e com todas as condições para realizar este género de iniciativas. A pandemia, a guerra e a crise económica tiveram e ainda têm um forte impacto na saúde mental da população, despoletado a agravando os problemas de saúde no geral. A autarquia, pela sua proximidade à população, assume na promoção da literacia em saúde mental um papel importante. Enquanto psicóloga fico particularmente agradada com a sensibilidade que o município tem para as questões da saúde e gostaria também de frisar as várias ações de sensibilização que se têm realizado em parceria com a unidade de saúde local, nomeadamente a iniciativa do Outubro Rosa, Mês da prevenção do cancro da mama e da diabetes.-----

Ainda no que diz respeito à intervenção social, um reconhecimento à equipa do CLDS4G, que durante 3 anos, interveio na área da formação e emprego, intervenção familiar e promoção da parentalidade e envelhecimento ativo e apoio à população idosa. Este último eixo de intervenção, na minha opinião com particular relevância, pois como sabemos temos uma população muito envelhecida e toda a intervenção realizada junto deste público alvo é determinante na promoção do seu bem-estar e promoção do envelhecimento ativo. -----

Quanto à Feira de S. Martinho, é um evento que tem vindo a assumir nos últimos anos uma grande relevância na promoção concelhia, e este ano, nem as condições climatéricas demoveram a massiva participação. Se 5 minutos em televisão têm um impacto grande, uma tarde inteira será “devastadora” pelo país inteiro. -----

Por último, e por estarmos quase na época natalícia, apelo a vossa participação no Concerto Solidário de Natal, promovido pela Junta de Freguesia de Carvalheira, juntamente com a Banda Musical de Carvalheira e o Município, que decorrerá no Auditório Municipal no dia 17 de dezembro. A receita de bilheteira, reverterá na íntegra para duas crianças, que em virtude da sua situação de saúde, necessitam de várias terapias e equipamentos de apoio. -----

Por último, um pedido da comunidade escolar, para que o parque de estacionamento atrás da escola seja marcado e assim, rentabilizar e facilitar o estacionamento. -----

Votos de umas boas festas para todos, com muita saúde! -----

----- Fim da transcrição e da consequente intervenção da senhora Presidente de Junta de Freguesia de Carvalheira. -----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal e após dirigir cumprimentos a todos os presentes, iniciou o seu período de intervenção e respostas com uma primeira referência à importância do momento político que hoje se viveu a nível nacional com a aprovação do Orçamento geral do Estado para 2024. Trata-se de uma nota muito positiva, frisou o Senhor Presidente, pois este plano é bom para Terras de Bouro. Continuando, agradeceu as palavras à senhora Presidente de Junta de Freguesia de Carvalheira, reiterando que há sempre muito ainda por fazer e que 2024 será mais um ano de ação e concretização dos objetivos que continuamos a trilhar para Terras de Bouro. Sobre as atividades anuais referidas, o Senhor Presidente destacou os festejos do Dia do Município e de como esta foi a forma mais dignificante de reconhecermos o

trabalho de quem também já nos ajudou tanto. Aliás, a atitude atempada de quem tudo prepara devidamente já tinha reflexos no Dia do Município de 2024, onde teríamos a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República, Dr. Augusto Santos Silva, situação que, entretanto, e como é do conhecimento de todos, face às eleições antecipadas de março, já não vai ser possível. Prosseguindo, o Senhor Presidente sublinhou também: a vital importância do trabalho da CPCJ em Terras de Bouro e em particular os 8 anos em que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira esteve a presidir à referida comissão; o investimento que é para continuar e incrementar com a Feira de São Martinho; os Parabéns à Banda de Carvalheira e à própria junta de freguesia local pelo concerto de Natal; apelou também o Senhor Presidente à participação no jantar solidário do Centro Social de Cibões e já sobre a colocação do estacionamento junto à sede do agrupamento de escolas, trata-se de uma solicitação já antiga e que será tratada logo que possível, provavelmente na sequência da intervenção da via municipal Moimenta/Chorense/Balança/Ribeira/Souto.-----

--- Logo neste período inicial da sessão, o Senhor Presidente quis desejar a todos e desde logo os votos de um Santo e Feliz Natal. -----

----- Passou-se, de seguida, ao período de intervenção do Público. -----

----- Não se registaram intervenções.-----

----- Terminado este período entrou-se, de seguida, na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constaram os seguintes pontos:-----

- 1.Apreciação da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto-Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; -----**
- 2.Análise e votação da Taxa do IMI para 2024; -----**
- 3.Análise e votação da TMDP para 2024;-----**
- 4.Análise e votação da taxa de Derrama para 2024; -----**
- 5.Análise e votação da Taxa variável do IRS para 2024;-----**
- 6.Análise e votação dos Documentos Previsionais para 2024; -----**
- 7.Análise e conhecimento do Relatório semestral SROC – 1.º semestre de 2023;-----**
- 8.Análise e votação da Quarta Revisão aos documentos previsionais para o ano de 2023;-----**
- 9.Análise e votação de Transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal do Cávado – CIM Cávado;-----**

10.Designação de Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil;-----

11.Análise e votação da alteração ao Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio Destinado ao Fomento da Produção Pecuária no Município de Terras de Bouro;

12.Voto de Pesar – Senhor Francisco de Assis Alves de Campos. -----

---- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que anunciou neste período em primeiro lugar o ponto de situação da revisão do PDM, iniciado em 2018 e que estará concluído para aprovação final até junho de 2024, sendo este novo plano fundamental para o desenvolvimento do concelho. O Senhor Presidente referiu também que se encontra para aprovação o plano de ordenamento do PNPG, um plano discutível e algo penalizador, pois na sua versão atual não prevê a realização de provas desportivas na área do parque. O Município está, no entanto, atento e tudo irá procurar fazer para reverter essa situação. Logo depois, o Senhor Presidente procedeu à apresentação das atividades do Município realizadas e promovidas após a última sessão deste órgão. Assim sendo: a Aldeia Comunitária da Ermida promoveu Feira da Chanfana da Cabra; o Festival IRIS encerrou e teve uma palestra de sensibilização ambiental; a Cerimónia de assinatura do Tratado de Limites de Fronteira entre Terras de Bouro e Lóbios; o Parque Nacional da Peneda Gerês terá 66 milhões em projetos de segurança e sustentabilidade; o Município de Terras de Bouro já disponibiliza um Canal de Denúncias; o Município de Terras de Bouro estabeleceu Protocolo com a ATACE que visa o desenvolvimento de ações de índole cultural, social, desportivo e comunitário, segundo as características da própria ATACE e terão o objetivo de apoiar do ponto de vista económico e social a população residente na freguesia de Vilar da Veiga; Terras de Bouro participa em Projeto Europeu de Valorização de “localidades Fantasma”, no caso as três “localidades fantasma” são CRACO, em Basílica, Itália e VILARINHO DAS FURNAS, em Terras de Bouro; Terras de Bouro recebeu Jornadas da Rede Intermunicipal de Bibliotecas de Leitura Pública do Cávado; a realização e participação no “Iº Fórum Intermunicipal para a Promoção da Saúde Mental” promovido pelos Municípios de Amares, Vila Verde e Terras de Bouro; as Homenagens que marcaram o Dia do Município em Terras de Bouro onde se destacou e enalteceu o percurso de vida pessoal e pública dos três homenageados, o ex-Presidente

da Câmara Municipal, Dr. António José Ferreira Afonso, o ex-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José Cracel Viana e Dom Roberto Rosmaninho Mariz, Bispo Auxiliar do Porto, que foram assim distinguidos com a Medalha de Honra do Concelho; Terras de Bouro promoveu intercâmbio cultural com localidade francesa de Le Beausset ; s Porta do Parque Nacional de Campo do Gerês acolheu uma atividade de educação ambiental; o Núcleo Museológico de Campo do Gerês recebeu A Season of Classic Films da Cinemateca Portuguesa; a Porta do Parque Nacional de Campo do Gerês acolheu atividade de educação ambiental; a Tertúlia Rosa “da prevenção à cura” decorreu em Terras de Bouro; as visitas/workshops à reserva da biosfera transfronteiriça Gerês/Xurés - novembro 2023; o Município de Terras de Bouro disponibiliza serviço de Terapia da Fala ; foi submetida nova candidatura do sistema de informação cadastral simplificado de Terras de Bouro (BUPI; a XXIIª “Feira-Mostra de São Martinho nas Terras do Gerês” das Terras do Gerês que atraiu milhares de pessoas a Terras de Bouro durante três dias; o conselho local de ação social (CLAS) que reuniu a 8 de novembro; a Câmara Municipal de Terras de Bouro que assume temporariamente os serviços do BUPI; as obras da extensão da Rede de Distribuição Domiciliária de Gás Natural que arrancam em breve; Terras de Bouro entre as 5 melhores entidades promotoras da Região Norte do Programa Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas; Terras de Bouro esteve presente na reunião do Conselho Técnico-Financeiro do CIAB - Tribunal Arbitral de Consumo; o Fórum Gerês 2023 – Turismo e Sustentabilidade que decorreu em Terras de Bouro e que contou com a presença de especialistas, académicos e representantes de entidades públicas e privadas de reconhecida relevância; o Centro Municipal de Proteção Civil e Centro de Animação Termal do Gerês acolheram Rastreo à Diabetes; Terras de Bouro assinalou a 23 de novembro o Dia da Floresta Autóctone e a realização este fim de semana do Gerês Extreme Marathon® a 1,2 e 3 de dezembro na Vila do Gerês. Já no campo financeiro, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o valor do saldo existente do ano anterior em operações orçamentais e do lado da receita cobrada era de catorze milhões, cento e onze mil, duzentos dezassete euros e quinze cêntimos e o valor da despesa efetuada até à mesma data em operações orçamentais foi de catorze milhões, cento e oitenta e três mil, duzentos e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos.-----

----- Sobre este ponto da ordem de trabalhos não aconteceu qualquer inscrição ou consideração dos presentes.-----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, “Análise e votação de taxa de IMI para dois mil e vinte e quatro”, depois de introduzido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi alvo de explanação do senhor Presidente da Câmara Municipal informando que, segundo a proposta, que a dedução seja em função dos dependentes, no caso um dependente, dedução fixa de trinta euros euros, dois dependentes, dedução fixa de setenta euros e três ou mais dependentes, dedução fixa de cento e quarenta euros, sendo a taxa fixada em 0,3%. -----

----- Também sobre este ponto não aconteceu qualquer intervenção e sendo colocado à votação foi aprovado por unanimidade. -----

----- Prosseguindo a sessão, foi apresentado o terceiro ponto” Análise e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para dois mil e vinte e quatro”. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou que a Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação, prevê no seu artigo 106.º que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP). Nestes termos, propõe-se, ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 106.º do referido diploma legal o estabelecimento de uma TMDP, para o ano de 2024, de 0,25% e que aplica aos equipamentos e serviços de comunicações que sejam implantados ou atravessem o nosso território. -----

---- Daqui não resultou nenhuma intervenção e colocada à votação, foi a proposta do terceiro ponto aprovada por unanimidade. -----

---- Passou-se logo depois ao ponto quatro, “Análise e votação de taxa de Derrama para dois mil e vinte e quatro” que foi assim apresentado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal : “O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere no seu artigo 18.º que os "municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português

que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território". O produto desta receita destina-se a ser utilizado no financiamento da atividade municipal, quer diretamente em investimentos, quer em outras despesas inerentes à prossecução dos seus objetivos, como seja em pessoal afeto às diversas atividades e investimentos, apoios a organizações ou instituições com intervenção no município ou, ainda, no desenvolvimento de iniciativas e ações em áreas da competência municipal. Nestes termos, propõe-se o lançamento de uma derrama de 1,4%, de duração anual e que vigorará até nova deliberação, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas .Propõe-se ainda, nos termos do n.º 24, do artigo 18.º do RFALEI, que a Assembleia Municipal aprove uma taxa reduzida de derrama, de 0,1%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00."-----

----- Também daqui não resultou nenhuma intervenção e colocada à votação, foi a proposta do quarto ponto aprovada por unanimidade. -----

----- No que diz respeito ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, "Análise e votação de Taxa variável IRS para dois mil e vinte e quatro" depois de introduzido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, refere que "os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional". Refere o n.º 2 do mesmo artigo que "a participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos". Face ao exposto, propõe-se a fixação da taxa pretendida pelo Município para o ano de 2024 em 4,5%, concluiu nesta fase o Senhor Presidente. -----

----- Sobre este quinto ponto solicitou a palavra o senhor deputado Guilherme Alves que, depois dos cumprimentos iniciais a todos os presentes, referiu ser apologista da opção que, por exemplo, foi tomada por Braga de baixar a taxa de IRS e que passou por

aplicar um valor de dois por cento, numa clara intenção baixar a carga fiscal, sublinhou o senhor deputado. Terras de Bouro devia seguir este exemplo, continuou, pois estamos a falar de valores de coleta líquida mais justos e que só iria beneficiar a vida das pessoas, tratando-se de uma questão de justiça social há muito por mim dita aqui, frisou também o senhor deputado Guilherme Alves. -----

----- Logo depois o senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para responder ao senhor deputado Guilherme Alves e começou por agradecer inclusive a comparação que é feita com o concelho de Braga, sublinhando, no entanto que o PS esteve no poder oito anos na câmara municipal e nunca reduziu as taxas. Relativamente à proposta do senhor deputado, o Senhor Presidente disse também que a câmara municipal enviou um email aos senhores deputados a solicitar propostas para o próximo orçamento municipal, mas no entanto, não obteve qualquer resposta. Relativamente à questão de se poder efetivamente melhorar a vida das pessoas, o Senhor Presidente sublinhou que todos os que moram e trabalham em Terras de Bouro se podem deslocar para os concelhos vizinhos em transportes públicos grátis, sendo este um importante apoio. Terminou o Senhor Presidente com uma reflexão relativamente aos impostos e à aplicação que o Governo faz dos milhões que fatura com a carga fiscal sobre os cidadãos. ----- Ainda sobre o mesmo assunto, o senhor Deputado Guilherme Alves retomou o uso da palavra para dizer que o que está em causa é a facilidade que existe na mudança da morada fiscal para beneficiar de uma taxa fiscal de 2% em Braga, por exemplo. Se analisarmos que o grande problema de Terras de Bouro é a perda de população para os concelhos vizinhos, esta será também uma situação que contribui para isso, pois no nosso concelho e com a mesma coleta há menos dinheiro para uma família em relação ao que se aplica em Braga, sublinhou também o senhor deputado. -----

----- O Senhor Presidente reassumiu a palavra para se referir à questão de só alguns terem rendimentos que possibilitem assim outras possibilidades como, por exemplo, ter uma segunda habitação em Braga, usando esse expediente para a questão da morada fiscal alternativa que o senhor deputado Guilherme Alves aqui falou. -----

----- Ainda neste período, usou da palavra o senhor deputado Vítor Fernandes que depois dos cumprimentos formais disse que a proposta do PS permite fixar mais residentes fiscais em Terras de Bouro, o que permitirá também que essas pessoas

constem dos cadernos eleitorais e beneficiem assim o concelho. Mais afirmou o senhor deputado que os deputados do PS nesta assembleia não apresentaram efetivamente propostas para o orçamento , mas também é verdade que o podem fazer livremente nesta assembleia e que não é com propostas avulsas que se iria alterar o orçamento.----

----- De seguida e novamente neste período, o senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir para se referir às questionáveis opções do Governo sobre as medidas para os territórios de baixa densidade e de como as empresas não se vieram instalar em Terras de Bouro. Sublinhou ainda e novamente que a aplicação da medida de redução da taxa de IRS para os 2% não iria beneficiar a maioria da população, pelo contrário! Querermos que as pessoas tenham aqui mais rendimentos e que não se beneficie quem não está permanentemente no concelho, reiterou. Importante, afirmou o Senhor Presidente, é a alteração do PDM, mais do que os possíveis benefícios fiscais, de maneira a que as pessoas possam viver e trabalhar em Terras de Bouro, disse o senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ainda sobre o mesmo tema, o senhor Deputado Guilherme Alves interveio novamente para dizer que se trata de uma opção política e de como nas três freguesias do Vale do Cávado, Vilar da Veiga, Rio Caldo e Valdosende, cerca de vinte por cento da população já usa esta estratégia fiscal, concluiu o senhor deputado.-----

----- Sem mais intervenções, o quinto ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria com a abstenção dos dois deputados do Partido Socialista. -----

----- A sessão continuou com a introdução e posterior apresentação do sexto ponto, “Análise e votação dos Documentos Previsionais para dois mil e vinte e quatro”. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o documento, agradecendo o trabalho do Dr. Paulo Antunes, responsável da DAF do município, assim como dos seus colaboradores e restantes chefes de divisão do município que participaram na elaboração do documento. Assim, o Senhor Presidente apresentou os Documentos Previsionais para dois mil e vinte e quatro no seguintes moldes, os mesmos que são constantes na íntegra na documentação anexa desta reunião e dos quais se deu prévio conhecimento a todos os membros desta assembleia municipal: “Nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente da alínea a) do artigo 25.º e da alínea c) do nº 1 do artigo 33.º, apresenta-se aos competentes órgãos autárquicos (Executivo e Assembleia Municipal de Terras de Bouro) os documentos previsionais com o presente Relatório, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do Município (OM) para o

ano de 2024, bem como as opções estratégicas que queremos ver concretizadas ao longo do presente mandato autárquico. Nos termos do novo Sistema Contabilístico para as Administrações Públicas, o SNC-AP, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, além do Orçamento Municipal e do Plano Plurianual de Investimentos, os documentos financeiros previsionais, a saber: o Balanço; a Demonstração de Resultados por Natureza e os Fluxos de Caixa. Prosseguindo um trabalho que é de grande responsabilidade e que não deve ser desviado daquele que é o caminho, sempre estreito, da administração e gestão autárquica, queremos, de forma determinada e confiante, levar por diante as ações e as respostas às justas aspirações de todos/as os/as que, aqui nasceram e escolheram a nossa terra para viver. Os/as terrabourenses têm motivos e razões para continuar a acreditar que assim será, porque o caminho que foi e está a ser percorrido a todos dá essas garantias. É evidente que os tempos conturbados que vivemos são muito mais exigentes pois, ultrapassado o período crucial da pandemia, em que soubemos enfrentar e ultrapassar as maiores dificuldades, confrontamo-nos agora com uma situação de guerras e de catástrofes, que, refletindo-se na Europa e, por conseguinte, no nosso País altera e dificulta qualquer previsão e estratégia de eficácia na programação económica e financeira de um Município com a dimensão do nosso. Na verdade, as economias mais robustas do continente Europeu têm vindo a manifestar fragilidades, fazendo com que a inflação dispare e os preços dos bens e serviços aumentem exponencialmente, o que, logicamente se começa a refletir nas nossas vidas e na nossa gestão corrente. Também o contínuo agravamento dos preços dos combustíveis ditam o aumento generalizado das despesas, provocando incerteza em toda a programação orçamental. Apesar disso, este documento apresenta uma estratégia de progresso alicerçada em vetores estruturantes como o desenvolvimento económico, o turismo, o emprego, a educação, a saúde, a ação social, a cultura, o ambiente e a qualidade de vida.-----

Com esta determinação, apresentamos para o Concelho de Terras de Bouro, de forma inequívoca, o nosso compromisso que, com o maior empenhamento, irá no sentido de captar e canalizar todos os recursos e sinergias disponíveis, tendo como principal objetivo dotar o nosso território das condições imprescindíveis a uma vida melhor para todos/as. Desta forma, queremos manter o rumo traçado, trabalhando afincadamente

para, honrando os nossos compromissos, propiciar aos/às terrabourenses uma maior alegria e vontade de viver e, connosco, cooperem no engrandecimento deste território.

Pode, porventura, ter ficado pelo caminho algum projeto que nos propusemos realizar, mas, sem alijar responsabilidades, também teremos que referir que não foi por falta de vontade nossa, nem por falta de recursos financeiros que isso poderá ter ocorrido, mas, convém dizê-lo, foi porque, a montante ou a jusante da tramitação processual, algo concorreu nesse sentido. Respondendo àquelas que são as expectativas e justas aspirações dos/as munícipes, as Grandes Opções do Plano e o correspondente Orçamento para 2024 irão manter a abrangência necessária, o equilíbrio desejado e as respostas adequadas às necessidades gerais e básicas da nossa população. Os investimentos a nível das acessibilidades, da mobilidade e regeneração urbana são para manter e, se possível, reforçar. No que diz respeito ao abastecimento de água e saneamento, apesar de já ter sido percorrido um longo caminho, prosseguiremos com os trabalhos de recuperação e beneficiação das redes existentes e tudo faremos para que, particularmente na área do saneamento, se consigam materializar as respostas, absolutamente necessárias, ao nível da rede em baixa e em alta, quer no Vale do Cávado, quer no Vale do Homem. A saúde, ação social, desenvolvimento cultural e associativismo são áreas de relevada importância, às quais prestaremos a melhor atenção e manteremos a cooperação e o apoio financeiro imprescindível. No que diz respeito à área da Saúde e no âmbito do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro – Descentralização das Competências da Saúde, o Município colocou como condições para esse ato que a obra de requalificação do edifício da escola primária de Rio Caldo para Unidade de Saúde fosse assumida pela ARSN (Administração Regional de Saúde do Norte) e que fossem colocados painéis fotovoltaicos nos edifícios de saúde. Por e-mail de 3 de junho de 2022, o senhor Presidente do Conselho Diretivo da ARS Norte comunicou que “no âmbito do PRR- Medida i1.08 - Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar eficiência energética (...) foi incluído um investimento de €500.000,00 (quinhentos mil Euros), ao qual acresce IVA, para a remodelação da Unidade de Saúde de Rio Caldo, a aplicar na Remodelação da Antiga Escola. Remeto, igualmente, mapa onde consta os painéis fotovoltaicos para as unidades de saúde do município que preside”. Foram, assim, satisfeitas as condições prévias e concretizada a assinatura do Auto de Transferência, que ocorreu a 6 de junho de 2022, com a presença da senhora Ministra da Saúde, Dr.ª Marta Temido. A Câmara Municipal, através desta Transferência de Competências, passou a gerir o património edificado e áreas envolventes, bem como

as viaturas e os recursos humanos com a categoria de assistente operacional. Entretanto e com o AVISO nº 14/C01-i01/2023 foi aberta a candidatura para “requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais”, tendo o Município, aproveitado esta oportunidade e submetido a candidatura para as novas instalações da Extensão de Saúde de Rio Caldo. No que concerne à EDUCAÇÃO, ciente da sua extrema importância, será uma área em que o Município de Terras de Bouro continuará a investir. O ano letivo de 2023-2024 foi preparado, naturalmente, pela Direção do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB), em estreita articulação e colaboração com o Município, respeitando e cumprindo todas as orientações emanadas pelo Ministério da Educação (ME). No que concerne aos transportes escolares, os mesmos continuarão a ser realizados pela TRANSDEV. O Município comparticipará na íntegra o valor dos passes escolares a todos os alunos, de todos os ciclos de ensino. As crianças do Ensino Pré-Escolar continuarão a ser apoiadas ao nível das refeições e ao nível das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). As AAAF destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades. Para o efeito, a Câmara Municipal de Terras de Bouro promove diretamente estas atividades ou celebra protocolos de colaboração com Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho. O Município continuará a oferecer os livros de fichas complementares aos manuais escolares a todos os alunos que frequentem o 1º Ciclo em estabelecimentos de ensino que integrem o AETB, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social. O Município também irá oferecer o manual e o respetivo livro de fichas de Inglês como Oferta Complementar a todos os alunos dos 1º e 2º anos de escolaridade, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar.-----

A Câmara Municipal continuará a promover a componente de apoio à família (CAF) diariamente depois da componente curricular. Também continuará a promover o ATL nas pausas letivas para crianças até aos 12 anos, proporcionando-lhes, gratuitamente, inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturais. A comparticipação dos encarregados de educação resume-se, apenas, ao valor da refeição servida (almoço). Continuaremos a fomentar cursos de formação profissional e de educação de adultos,

nomeadamente através de parcerias com a Escola Profissional Amar Terra Verde (EPATV), a Associação das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Continuaremos a conceder um valor monetário aos/às alunos/as de mérito, no âmbito do Mecenato Educacional. O mérito é definido pelo AETB. Prosseguiremos com o investimento no ensino superior, com Bolsas monetárias aos alunos, nos termos do Regulamento. A abertura da piscina à comunidade escolar manter-se-á, assim como o apoio para o desporto escolar, nomeadamente transporte. As crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico continuarão a ser apoiadas ao nível das refeições, através da redução do pagamento nos termos da Proposta levada a reunião de câmara. Continuarão a ser fornecidos gratuitamente a todos os estabelecimentos de ensino materiais de expediente, de limpeza, de desgaste, assim como materiais didáticos e pedagógicos. Importa referir que, no que diz respeito às crianças integradas na educação inclusiva, o Município contratou operacionais para apoio, medida que deixou de ser financiada pelo ME. O Município continuará a ser parceiro de excelência no cumprimento e realização do Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (ex: Festa de Natal, Páscoa e Carnaval, Dia Mundial da Criança, o Dia Mundial do Ambiente, Marchas Populares, Associação de Estudantes etc.). Promover-se-á uma Semana Cultural, em colaboração com o Agrupamento de Escolas na qual será incluída uma visita do primeiro e segundo ciclo ao Oceanário de Lisboa, sendo a viagem feita de avião, o que constituirá para muitas crianças uma experiência entusiasmante. De referir, também, que o Município continuará a ser parceiro ou promotor de vários projetos e programas destinados a crianças e jovens, tais como:-----

Plataforma + Cidadania - Projeto intermunicipal centrado no desenvolvimento dos níveis de cidadania participativa em crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico. Com recurso a tecnologias digitais, este projeto promove a participação e a cidadania, com vista ao desenvolvimento de conhecimentos, competências, atitudes e valores que ajudem esses alunos a desempenhar, futuramente, um papel ativo na sociedade.-----

Ferramenta Ensinar e Aprender Português – recursos tecnológicos para o ensino do português e para o apoio e recuperação de aprendizagens, dirigido aos/às alunos/as do 1º Ciclo. Dinamização de ações de sensibilização ambiental e de conservação da natureza junto da comunidade escolar, desenvolvidas no coração do Parque Nacional da Peneda-Gerês. O projeto "Literacia no Cávado", que consiste na implementação e

dinamização do recurso tecnológico para Ensinar e Aprender Português e implementação do recurso educativo digital “Hypatiamat”, no âmbito do ensino da disciplina de Matemática.-----

AQUA Cávado: o rio que nos une - A Agência da Energia do Cávado promove a iniciativa “AQUA Cávado: o rio que nos une”, em parceria com outras entidades, nomeadamente o Município de Terras de Bouro e a CIM Cávado. O programa é composto por diversas ações, cujo mote é a conservação e valorização dos recursos naturais e o combate à escassez da água.-----

Regime da Fruta Escolar - O Regime de Fruta Escolar (RFE) é uma iniciativa de âmbito europeu, que pretende promover a prática de uma alimentação saudável. Este programa consiste na distribuição de uma peça hortofrutícola, nas refeições intercalares, 2 vezes por semana, aos alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, de forma a incentivar as crianças ao consumo de fruta.-----

A descentralização de competências na Educação ocorreu a 01 de abril de 2022. O Município de Terras de Bouro, através de um protocolo, delegou algumas competências no Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, que são: leite escolar, a administração direta das cantinas escolares e as atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico (AEC).-----

O Município de Terras de Bouro investe muito na Educação. Desde logo com a compra de materiais escolares e pedagógicos para apetrechar as escolas, nomeadamente o CAA; compra de materiais de desgaste; manutenção e conservação dos edifícios; obras de requalificação e melhorias; arranjo dos espaços exteriores; transportes gratuitos para atividades e visitas de estudo para todos os alunos do AETB e para o desporto escolar; disponibilização das piscinas municipais e de equipamentos turísticos da autarquia; disponibilização dos auditórios, a oferta da escola de música; ballet. O Município tem a Escola de Música de Terras de Bouro em funcionamento em Moimenta, em Rio Caldo e Gerês e continuará a dar apoio em tudo o que for necessário para o seu funcionamento e crescimento. Também já dispõe da oferta de concertina. Logo que o Centro Cultural fique concluído, transferir-se-á, para lá, esta valência. O Município está e estará sempre disponível para colaborar com o AETB em tudo o que nos for solicitado e estiver dentro das nossas responsabilidades.-----

A Ação Social continua a merecer a maior atenção, atendendo à especificidade das competências e da ação que desenvolve no terreno.-----A transferência de competências na área da Ação Social, designadamente o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos/as beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção (RSI) foi concretizada no dia 3 de abril de 2023. Neste exercício de competências, a Câmara Municipal de Terras de Bouro dinamiza uma intervenção no sentido de responder às necessidades, promover capacidades e experimentar práticas colaborativas, dando, ao mesmo tempo, uma resposta de proximidade mais adequada, mais célere e integrada.-----

No âmbito do Regulamento Habitação Condigna, manteremos o contínuo apoio às famílias carenciadas na melhoria das condições de habitabilidade, através da realização de obras, do fornecimento de projetos de arquitetura e de especialidades e do apoio financeiro ao arrendamento de habitação para residência permanente. No âmbito dos Avisos Nº 03/C03-i02/2022 e Nº 05/C03-i02/2023: Acessibilidades 360º do Programa de Intervenções em Habitações (PIH), do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a Câmara Municipal, na qualidade de beneficiário final, apresentou candidaturas para realização de obras para a melhoria da acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais. Neste sentido, daremos apoio na execução das candidaturas já aprovadas e continuaremos a submeter candidaturas sempre que surjam oportunidades de financiamento e situações elegíveis. Através do Programa 1.º Direito apresentaremos candidaturas ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) (investimento RE-C02-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação), no sentido de obter financiamento para apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. A Estratégia Local para Habitação prevê a Aquisição e Reabilitação de 688 fogos (153 fogos do Município e 535 fogos dos/as Beneficiários/as Diretos/as), estimando-se um investimento total de € 81.040.840 (oitenta e um milhões, quarenta mil, oitocentos e quarenta euros). -----O

projeto CLDS 4 Geira – Geração, Emprego, Inclusão e Revitalização de Atividades terminou no passado dia 30 de setembro de 2023. A Câmara Municipal, aquando da abertura de novo aviso para a candidatura aos contratos locais de desenvolvimento social (CLDS), apresentará candidatura e desenvolverá projeto como Entidade

Coordenadora Local.-----

Através da Comunidade Intermunicipal do Cávado e no âmbito de uma parceria conjunta dos Municípios de Terras de Bouro, Amares e Vila Verde, foi implementado o Gabinete de Apoio às Vítimas do Alto Cávado (GAVAC), um serviço de atendimento e acompanhamento a pessoas vítimas ou em exposição à situação de violência doméstica. O GAVAC funciona descentralizadamente em Amares, Terras de Bouro e Vila Verde. No sentido de dar continuidade a esta importante resposta foi apresentada ao aviso PESSOAS-2023-4 - estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género – a candidatura “Rede Intermunicipal de Proteção e Apoio à Vítima - RIPAV do Cávado”, que integra como entidade coordenadora a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado e como entidades parceiras os Municípios de Amares, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde. Continuaremos a executar, monitorizar e avaliar os instrumentos estratégicos para a igualdade e não discriminação, nomeadamente o Programa Municipal para a Igualdade e Conciliação e o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. Na área da deficiência, a Câmara Municipal, além do apoio na apresentação de candidaturas de munícipes à Associação Salvador, propõe-se implementar o Balcão da Inclusão, numa perspetiva de melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência/incapacidade e das suas famílias. Proceder-se-á à elaboração dos instrumentos de planeamento estratégico da Rede Social Municipal, nomeadamente Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação 2023. Também no quadro da transferência de competências para as autarquias locais, será elaborada a Carta Social Municipal, incluindo o mapeamento dos equipamentos sociais. A Câmara Municipal de Terras de Bouro apresentou candidatura ao aviso RE-C03-i01.m03 – Radar Social – Criação de equipas para projeto piloto – promovido pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Através da medida Radar Social será implementado um sistema integrado de georreferenciação social de ampla abrangência e de capacitação do território na ativação de respostas e otimização de recursos, visando trazer maior eficácia à ação e à articulação das entidades locais. Manteremos todo o acompanhamento e apoio às IPSS’s locais na submissão das candidaturas e execução das Operações aprovadas no âmbito dos projetos apoiados pelos fundos comunitários e ou nacionais.-----

Reforçamos substancialmente o apoio às crianças nascidas em Terras de Bouro através do Incentivo à Natalidade. Este incentivo à natalidade reveste a forma de um apoio até ao valor máximo de €1.000,00 (mil euros), atribuído em duas modalidades: €750,00 (setecentos e cinquenta euros) sob a forma de reembolso de despesas elegíveis, realizadas em estabelecimentos do concelho de Terras de Bouro, com a aquisição de bens considerados indispensáveis ao desenvolvimento saudável e harmonioso da criança (medicamentos, vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, cremes, artigos de higiene, de puericultura e de alimentação infantil); e €250,00 (duzentos e cinquenta euros) sob a forma de valor monetário. Será criado um regulamento municipal que defina os princípios, as condições de acesso e os apoios a conceder pela Câmara Municipal na compra de medicamentos. É de realçar, também, a criação de um Gabinete de Apoio à Pessoa Idosa que, no essencial, terá como finalidade propiciar aos/às munícipes com dificuldades de vária índole e, sobretudo, de fraca mobilidade, terem a assistência, absolutamente necessária, no próprio domicílio. Prosseguiremos com o importante serviço de proximidade à população através dos programas Bem Envelhecer e Envelhecer a Sorrir, da Loja Social, do Banco Local de Ajudas Técnicas, do apoio nas candidaturas aos programas de arrendamento Porta 65-Jovem e Porta 65+, entre outros.-----

Outras transferências de competências para o Município serão realizadas, mas ainda sem reflexo nestas Grandes Opções do Plano e do Orçamento.-----

Com a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), que está a decorrer, esperamos que seja possível proceder à desafetação de terrenos para criar zonas de construção, estando já a ser elaborados projetos de arquitetura e especialidades para Moimenta (Pesqueiras), Balança, Rio Caldo, Vilar da Veiga, Chorense e Gondoriz. Também prevemos a implantação de Parques Empresariais na Balança e em Rio Caldo, sendo que, na Balança e atendendo às infraestruturas existentes, já foi desenvolvido um projeto e prevê-se que seja feita a aquisição de mais terreno, para requalificação e ampliação desse parque. Para o Vale do Cávado há um projeto preconizado, sendo que os terrenos, com área enquadrável para este fim, são baldios, pelo que será necessário encetar o processo de cedência, por parte dos Conselhos Diretivos e Assembleias de Compartes desses baldios. É expectável que durante o ano de 2024 seja possível concretizar esses objetivos, possibilitando assim a criação de mais postos de trabalho. Avançaremos, igualmente, com a criação de uma Zona de Lazer e Parque Desportivo Municipal. Pretendemos criar também, um Armazém Municipal e uma Incubadora de

Empresas, cujo projeto está em fase de conclusão. O SICS CÁVADO - Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Cávado (NORTE-09-5762-FSE-000043), que permite definir o cadastro Predial em todo o Concelho, continuará a dar a resposta nesta área, para o que, realizamos uma candidatura conjunta com a CIM Cávado. No que diz respeito ao património municipal, iremos prosseguir a sua reabilitação e melhoramento, utilizando os recursos financeiros do Município, as receitas que vão sendo geradas e as candidaturas no âmbito da eficiência energética. No âmbito da Eficiência Energética as obras aprovadas e em fase de conclusão são: Centro Cultural de Terras de Bouro; Edifício Municipal da Cruz Vermelha Portuguesa – Moimenta; Edifício da União de Freguesias Brufe e Cibões; Edifício da Junta de Freguesia de Valdossende; Edifício da União de Freguesias de Chamoim e Vilar; Edifício da Junta de Freguesia de Souto; Edifício da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga; Edifício da Junta de Freguesia da Balança. Iremos realizar novas candidaturas para: Museu de Vilarinho da Furna; Museu da Geira; Edifício da Câmara Municipal; Centro de Animação Termal do Gerês. A Casa dos Bernardos, em Santa Isabel do Monte, também foi submetida à Eficiência Energética, mas, com o argumento de que “prossegue fins lucrativos”, acabou por ser excluída, pelo que, necessitando de intervenções urgentes, estas serão realizadas com enquadramento no orçamento municipal. Na verdade, este património, desde o Centro de Animação Turístico do Gerês, o Centro Náutico de Rio Caldo, a Casa dos Bernardos, em St.ª Isabel do Monte, o Museu de Vilarinho das Furnas, o Museu da Geira, o edifício da Fronteira com o museu dos Marcos Miliários, os postos de Turismo, o Centro Cultural, o Centro Interpretativo do Garrano, a Casa do Latim, o edifício da Piscina Municipal e o edifício dos Paços do Concelho necessitam, para além da manutenção regular e absolutamente necessária, de intervenções pontuais e mais alargadas, para fazer face a alguma degradação que, como é normal, vai aparecendo com o decorrer do tempo. A Casa do Latim, em Covide, será reabilitada e acolherá atividades da Aliança Artesanal, da qual somos sócios fundadores, servindo também para realizar exposições que tenham expressão local, com particular enfoque no mundo rural.-----

Rentabilizar a Marina e a Embarcação Turística de Rio Caldo, procedendo-se à elaboração de Projeto de Requalificação e Ampliação e respetivo estudo de avaliação de impacto ambiental para candidatura a futuros Avisos. Em 2024, com a construção do ancoradouro que está em curso, na enseada entre pontes, Rio Caldo, criar-se-á uma

nova centralidade para as viagens da Embarcação Turística “Rio Caldo” melhorando o turismo aquático e revertendo o local do ancoramento atual em novos pontos de amarração de embarcações de recreio, podendo assim, ser atingida a lotação máxima de cento e sessenta (160) lugares, que estão licenciados na Marina. Entretanto, será elaborado um projeto para ampliação da Marina (pontões de ancoramento) e requalificado o parque para estacionamento de automóveis.-----

O turismo, vetor essencial de toda a atividade concelhia, merece toda a nossa atenção, pelo que estaremos atentos e recetivos às propostas dos agentes de desenvolvimento local, ao interesse de novos investidores e à pertinência dos investimentos. Neste âmbito, será necessário recuperar as escolas primárias, que foram encerradas e que ainda se encontram desaproveitadas, para poderem ser reconvertidas em polos de acolhimento turístico ou de apoio ao turismo. Numa gestão atenta deste património, poder-se-á pensar na alienação de alguns imóveis, como já foi feito em Valdosende, tendo em vista o melhor aproveitamento dos mesmos. Sendo o Parque Nacional da Peneda-Gerês um local de eleição para os amantes da natureza, o Município de Terras de Bouro levará a cabo a IVª Edição do IRIS – Festival de Imagem de Natureza do Gerês, com o objetivo de divulgar a região e promover um produto turístico com enorme potencialidade, em particular, em épocas com taxas de ocupação turística mais baixas, ajudando, desta forma, ao combate da sazonalidade. O Município pretende levar a cabo, em 2024, a certificação de destinos sustentáveis, no âmbito do programa Green Destinations. A Revista da Natureza terá a sua II edição neste ano de 2024. Dar-se-á início, também, à elaboração de um regulamento para aplicação de uma Taxa Turística que reverterá para a criação de melhores condições de acolhimento. Os trilhos, cascatas e miradouros, autênticos ex-libris de visitação em ambiente de natureza, de lazer e de paisagem deverão manter e melhorar as condições de pisoteio, acessibilidade e segurança.-----

No âmbito da Proteção Civil, continuamos a trabalhar com todos os elementos e entidades que compõem a Proteção Civil Municipal e criar em 2024 a 2ª EIP (Equipa de Intervenção Permanente). Pretendendo-se, igualmente, dar utilidade às Casas Florestais, que atualmente se encontram devolutas e em estado de degradação, propomo-nos reabilitar este edificado, sem alterar as fachadas, para as seguintes atividades:-----

A casa florestal da Leonte poderá servir como infraestrutura para criação de uma exposição permanente relacionada com a água e para disponibilizar informação sobre o

turismo Wellness, associado ao turismo termal;-----

A casa florestal da Junceda, dada a sua localização, permite a criação de um albergue de apoio aos caminheiros que percorrem o trilho GR50, podendo, ainda, conter informação sobre o trilho da Silha dos Ursos, trilho que inicia e termina no mesmo local. Esta casa florestal teria, essencialmente, uma função de apoio para quem visita o Parque Nacional da Peneda-Gerês;-----

A casa florestal da Costa Grande, próxima do Santuário de S. Bento da Porta Aberta, serviria os peregrinos que demandam aquele Santuário e que, percorrendo os caminhos de S. Bento que, desde Esposende e num percurso de cerca de 70 (setenta) quilómetros, passam por muitas povoações e montanhas até atingir aquele local, encontrariam ali um lugar de acolhimento e repouso;-----

A casa florestal do Beiral, em Rio Caldo, pela sua localização, poderá servir como sede para as inúmeras coletividades que desenvolvem atividades na freguesia de Rio Caldo e, em concreto, para sede do Motoclube;-----

A casa florestal da Portela do Homem, junto ao edifício da Fronteira, poderá ser reutilizada para criar um centro interpretativo dos 50 anos do Parque Nacional, através de uma exposição histórica, comemorativa dessa efeméride. Tratando-se de dois edifícios, um deles poderá ficar de apoio à visita;-----

A casa florestal da Ermida, na freguesia de Vilar da Veiga, transformar-se-ia num Centro Interpretativo da Cabra Montês. A cabra da Ermida, na serra do Gerês, tem-se afirmado como uma referência na gastronomia e no desenvolvimento local da aldeia comunitária da Ermida, que tem promovido e preservado esta espécie. Este espaço serviria, também, para dar apoio ao Trilho PR 14, Sobreiral de Ermida;-----

A casa florestal da Pedra Bela, atendendo à sua excelente localização, poderá ser reconvertida num centro interpretativo da Vezeira.-----

O protocolo celebrado com o Fundo Ambiental já permitiu que, com o projeto de requalificação dos miradouros, as condições de visita e de segurança fossem melhoradas e se tornasse uma realidade, perspetivando-se que, com os exemplos conseguidos e concretizados, este apoio e cooperação seja ampliado a outras situações, sendo prova disso, a candidatura ao Fundo Ambiental para a Cascata Fecha das Barjas (Cascata do Taihti), cujo Protocolo de Cooperação foi assinado no dia 6 de outubro, sendo, pelo mesmo, atribuídos ao Município € 260.000,00 para a execução das obras de

projetadas. As comunicações continuam a merecer uma especial atenção nos tempos que estamos a atravessar e, muito embora, já esteja percorrido um longo caminho nessa área, com a disseminação da rede de fibra ótica, não deixaremos de manter a nossa atenção em relação ao território concelhio para dar continuidade a uma melhor e mais ampla cobertura. Neste sentido, pugnaremos pela colocação de novas antenas para a rede móvel, com particular atenção para a antena de Leonte, há muito projetada e ainda sem concretização.-----

Também a agricultura e os/as nossos/as agricultores/as merecem e podem contar com a nossa atenção e ajuda, pelo que, em 2024, pretendemos continuar a apoiar a sanidade animal a 100 %, conforme regulamento em vigor.-----

Igualmente, queremos demonstrar a nossa sensibilidade relativamente à fixação das taxas a cobrar pela Câmara Municipal, mantendo-se na taxa mínima o IMI e as deduções máximas em função do agregado familiar, destacando-se, ainda, a redução de 0,5% de taxa do IRS.-----

Para alcançarmos estes objetivos, queremos continuar a contar com todos/as funcionários/as, os/as terrabourenses, todas as juntas de freguesia, todas as instituições, todas as empresas do concelho e todos/as aqueles/as que, como nós, acreditam que é possível ir mais além e desejam o melhor para Terras de Bouro.-----

É um orçamento municipal que atinge o montante de € 15.949.722, para o qual se solicita a melhor atenção e aprovação por parte desta assembleia e que visa promover o desenvolvimento sustentado do Concelho, assente numa estratégia de racionalização das despesas e na lógica da melhor consolidação orçamental, concluiu sobre o mesmo o Senhor Presidente.-----

----- Ainda sobre este ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal procedeu também à apresentação digital de um documento com projetos a concluir e a desenvolver a partir de dois mil e vinte e quatro para o concelho, nomeadamente: -----

- A PAVIMENTAÇÃO DE CAMINHO FLORESTAL DA GUARDA / BOUÇA DA MÓ / PONTE DE ALBERGARIA-----

- O PROJETO DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO CAMINHO FLORESTAL CAMPO / VILA DO GERÊS-----

- A RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CASAS FLORESTAIS DO PNPG

- A IMPLEMENTAÇÃO DA REDE MÓVEL E DE ENERGIA EM LEONTE OU NA PORTELA DO HOMEM-----

- A BENEFICIAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES AO CENTRO INTERPRETATIVO DO VIDOEIRO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NOS PARQUES DE MERENDA DO VIDOEIRO – GERÊS-----
- A PAVIMENTAÇÃO DE CAMINHO FLORESTAL DA GUARDA / BOUÇA DA MÓ / PONTE DE ALBERGARIA-----
- A REQUALIFICAÇÃO NA EXTENSÃO DE SAÚDE DE RIO CALDO-----
- A CONSTRUÇÃO DA PISCINA AO AR LIVRE EM CHORENSE-----
- A 2ª FASE DA E.M. 536 TROÇO BALANÇA/SOUTO-----
- A REQUALIFICAÇÃO RUA DO SR. DOS PASSOS EM RIO CALDO-----
- A REQUALIFICAÇÃO CASA DA BARCA EM RIO CALDO-----
- A REQUALIFICAÇÃO URBANA DE RIO CALDO-----
- A APLICAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS-----
- A ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA CANIÇADA EM VALDOSENDE-----
- A ECOVIA DE SOUTO 1ª FASE-----
- A ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO LOTEAMENTO INDUSTRIALNA BALANÇA-----
- A CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO HABITACIONAL EM MOIMENTA-----
- O NOVO CENTRO ESCOLAR (VALE DO HOMEM) JI E 1º CICLO-----
- A REQUALIFICAÇÃO DE 50 EDIFÍCIOS MUNICIPAIS (ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO)
- O PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE TERRAS DE BOURO-----
- O PARQUE EMPRESARIAL DE RIO CALDO-----
- A AMPLIAÇÃO DA MARINA DE RIO CALDO E ESTACIONAMENTO-----
- A CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOSVILA DE TERRAS DE BOURO---
- A ESTRADA DA CHACHOEIRA NA ALBUFEIRA DA CANIÇADA-----
- O COMPLEXO DESPORTIVO E ZONA DE LAZER RIBEIRINHA – BALANÇA -----
- O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE ORDENAMENTO DA VISITAÇÃO NAS CASCATAS DE FECHA DE BARJAS-----

- A CONCEÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROJETO DE VALORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO CÉLULA DEFENSIVA DE BOURO – CAMPO DO GERÊS-----
- A REQUALIFICAÇÃO DA CAPELA S. BRÁS NA VILA DE TERRAS DE BOURO
- A IMPLEMENTAÇÃO DE CASAS DE BANHO PÚBLICAS ARRANJO DO LARGO DA EIRA NA VILA DE TERRAS DE BOURO-----
- A REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DE ESPETÁCULOS DR. ANTÓNIO DE ARAÚJO -----
- A REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO URBANO DO LUGAR DA IGREJA EM RIO CALDO-----
- A CASA MORTUÁRIA DA BALANÇA-----
- CASA MORTUÁRIA DE VILAR DA VEIGA-----
- A CRIAÇÃO DE NÚCLEO URBANO DE VALDOSENDE-----
- O ALARGAMENTO DE PASSEIO PEDONAL NO CAMPO DO GERÊS-----
- A ZONA DE RECREIO E LAZER DE CARVALHEIRA-----
- A ZONA DE RECREIO E LAZER DE COVIDE-----
- A IMPLEMENTAÇÃO DO ECOTRILHO RIO HOMEM – RIBEIRA DE RODAS-----
- A REQUALIFICAÇÃO DA CASA DO LATIM (centro de artesanato) EM COVIDE-----
- O MOINHO DE VENTO EM CIBÕES-----
- A QUINTA PEDAGÓGICA EM COVIDE-----
- A LIGAÇÃO DE PAREDES(CARVALHEIRA) A COVIDE-----
- A CONSTRUÇÃO DA PONTE DE ARAME EM VILAR -----
- A HOMENAGEM AOS EX-COMBATENTES DE TERRAS DE BOURO-----
- E A REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA ZANGANHO / BATOCA Vilar da Veiga-----

----- Aberto período de inscrições sobre este ponto solicitou em primeiro lugar a palavra o senhor deputado Guilherme Alves para sublinhar a sua satisfação por constar do documento a requalificação do “Bairro da EDP” em Paradela, pois trata-se de uma obra importante para Valdosende. Sobre a área em questão, o senhor deputado deixou ainda um alerta sobre alguns lotes que foram vendidos e que se encontram ao abandono e de como será possível reverter esta decisão, pois os proprietários teriam um prazo para iniciar as obras nos mesmos e tal não aconteceu. Sobre a localização do campo de futebol afirmou também a sua discordância de há muitos anos e questionou a

utilização da ETAR de Souto e do porquê de ainda não funcionar. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Avelino Soares nos moldes que, de seguida, se transcrevem na íntegra:-----

----- *Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal*-----

-----*Ex.mº Senhor Presidente da Câmara*-----

-----*Ex.mºs Secretários Dr. Paulo Morgado*-----

-----*Ex.mºs Vereadores*-----

-----*Ex.mº Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência*-----

-----*Digníssimos membros desta Assembleia*-----

-----*Ex.mºs Chefe de Divisão*-----

-----*Ex.mº Público Presente*-----

O Plano e o Orçamento que nos é apresentado para o ano de 2024 surge num tempo bastante conturbado, seja por todos os acontecimentos ocorridos a nível governamental e com reflexos em toda a situação social e económica do nosso país, seja pela situação internacional em que, a par da guerra prolongada da Ucrânia, ainda surgiu outra no Médio Oriente, entre Israel e a Palestina que, não tendo fim à vista, todos os dias nos faz entrar, casa dentro, imagens e informações de cenários macabros e arrepiantes de destruição e carnificina e, onde mulheres e crianças são apanhados na teia da guerra.

Tudo isto nos parece longe demais, quando, afinal, está tudo tão perto e mexe com as nossas vidas. É evidente que, quando há esta instabilidade nos países produtores de petróleo, as economias ressentem-se e, por arrastamento, fazem com que todos os bens, particularmente os de consumo corrente acabem por chegar mais caros às nossas casas. As Grandes Opções do Plano e o correspondente Orçamento também se podem ressentir perante estas vicissitudes.-----

Apesar disso, verificamos que o documento que nos é apresentado tem a abrangência necessária e o equilíbrio suficiente, contendo as respostas adequadas às necessidades gerais e básicas da nossa população. -----

Verificamos assim, que o orçamento da receita ascende ao valor de 15.949.722,00 €, valor este que ainda vai aumentar com o saldo da gerência do ano de 2023.-----

A previsão do saldo orçamental corrente é de 196.246,00 €. -----

Também a comparticipação para as obras na cascata de Fecha de Barjas (Cascata do Taihti), no lugar da Ermida, Freguesia de Vilar da Veiga, foi aprovada recentemente e vai integrar este orçamento, tal como o valor já atribuído para aquisição do barco elétrico, para vigilância na Barragem da Caniçada.-----

Quanto ao encargo com o pessoal, o mesmo pode estar um pouco desfasado da realidade atendendo à concretização das medidas de aumentos salariais a verificar-se na função pública em 2024 e ao salário mínimo que passará para 820,00, o que representa um aumento de 60,00 € em relação a 2023.-----

Relativamente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), a lei que permite mais deduções, em função do agregado familiar, foi publicada a 6 de outubro. A Câmara abdicará de um valor superior a 8.000,00€ desse imposto, desonerando, dessa forma, a carga fiscal das famílias.-----

No que diz respeito aos empréstimos, prevê-se que no exercício financeiro de 2024 seja feita uma amortização de 389.428,00€ e o pagamento de juros atinja o valor de 155.726,00€. -----

Nesta área convirá referir que quando este Executivo chegou à Câmara Municipal, em 2017, a dívida do Município era de 3.700.000,00 € e, decorridos 6 anos e depois de tanto encargo assumido e já liquidado, a dívida contém-se em 4.360.000,00 €, contrariando todas as previsões daqueles que vaticinavam que a Câmara iria comprometer o futuro ao contrair empréstimos para fazer face ao volume de obras que pretendia concretizar e que já concretizou e está a realizar.-----

Também as transferências para as juntas de freguesia, que no último mapa apresentava o valor de 182.000,00 €, tem neste Orçamento um aumento significativo para o ano de 2024, passando para 272.000,00 €.-----

Alguns perguntarão: que milagre é este? Este, sou testemunha, é o milagre das contas certas, do trabalho bem programado e acompanhado, da diplomacia política que é exercida com grande afinco e dedicação pelo nosso Presidente. -----

Com este Orçamento estamos perante um documento que continua a garantir a sustentabilidade institucional e as Grandes Opções de Plano mantêm o ritmo e a ambição de responder às expectativas e justas aspirações dos terrabourenses.-----

Conscientes disso mesmo, a bancada do Partido Social Democrata votará favoravelmente as Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal para 2024. Aproveito para desejar a todos um Santo e Feliz Natal e que o ano de 2024 vos traga muita saúde e alegria.-----

Muito obrigado.-----

Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Avelino Soares.-----

----- A palavra foi concedida de seguida ao senhor deputado Vítor Fernandes que sobre este mesmo ponto da ordem de trabalhos afirmou que o Partido Socialista está e cita-se “ com os dois pés bem assentes na terra”, fim de citação. Mais afirmou o senhor deputado que o PS faz aqui aqui um desafio ao Executivo para que a maioria dos projetos apresentados sejam realmente executáveis, sublinhou, pois tratam-se também, no essencial, de opções que se tomam. Não nos podemos esquecer que continuamos a perder população e poder de compra e importa também atacar a questão das acessibilidades, pois a sede do concelho continua estrangulada e a ligação à sede do distrito muito condicionada, sublinhou o senhor deputado Vítor Fernandes. Continuando, referiu-se também ao estado da rede de água que está no seu limite e de como devemos praticar uma política sobre este tema mais abrangente. Deve existir também uma melhor resposta aos agentes económicos e neste campo é fundamental o papel da ASAE pelo controle que efetua junto dos estabelecimentos. Terminou o senhor deputado com um desafio ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que tome decisões estratégicas, informando ao mesmo tempo que o Partido Socialista se irá abster na votação dos Documentos Previsionais para dois mil e vinte e quatro. -----

----- O Senhor Presidente solicitou novamente a palavra para novo período de respostas. Assim sendo e ao senhor deputado Guilherme Alves, o Senhor Presidente respondeu que sobre os lotes nunca abandonamos o Bairro da EDP, apesar da câmara municipal ter vendido esses terrenos, nos mesmos nunca se fez a devida intervenção pelos proprietários e continuamos a fazer intervenções pontuais nesta zona, sempre que é necessário, frisou. O que se pretende fazer neste local será sempre um investimento e nunca um prejuízo, salientou também o Senhor Presidente. Já sobre o IRS, o Senhor Presidente voltou a referir as diferenças com os municípios vizinhos para justificar a nossa opção e quanto à localização do campo de futebol, não é menos verdade que durante os oito anos da governação socialista no município nada se fez por não existir vontade ou capacidade para esta situação, houve sim incompetência, sublinhou. Já sobre a ETAR de Souto, deu conta da visita de uma comitiva de autarcas e população de Terras de Bouro a Amarante para se perceber melhor o funcionamento destas estruturas, sendo que, o funcionamento da estrutura em Souto está neste momento

dependente da EDP e não há ainda informação sobre a inauguração da mesma, comunicou também.-----

----- Já sobre a intervenção do senhor Deputado Avelino Soares, o Senhor Presidente expressou o seu reconhecimento e agradecimento pelas palavras e pela confiança demonstrada neste Executivo.-----

----- Prosseguindo, mas agora sobre a intervenção do senhor Deputado Vítor Fernandes, o Senhor Presidente questionou qual o PS que tem os pés no chão? O PS nacional levou o país para uma situação insustentável com a demissão do Governo, mesmo tendo uma maioria absoluta, ressaltou! É caso para dizer que tinham tudo e deitaram tudo a perder, disse também o Senhor Presidente. Neste momento, em Terras de Bouro, há obras e projetos como nunca se viu e foi pena que o PS se tenha deslumbrado com o poder, porque sempre tivemos boas relações com o poder central. Aliás, continuou, no Dia do Município, foi mesmo uma autarca do PS, no caso a Dr^a Luísa Salgueiro, como Presidente da ANMP, que afirmou e sublinhou as qualidades do autarca de Terras de Bouro, não sendo do PSD, é insuspeita no elogio, referiu o Senhor Presidente. Relativamente às acessibilidades, já mantivemos reuniões com o Governo e as Infraestruturas de Portugal e as nossas intenções são bem conhecidas das entidades. Esperamos agora por uma mudança a 10 de março do próximo ano para que estas mesmas acessibilidades cheguem mais depressa a Terras de Bouro. Não se compreende, continuou o Senhor Presidente, que o próprio candidato a líder do PS elogie o distrito de Braga, mas que não tenha feito nada por Braga, ressaltou também. A verdade é que sem PRR ou quadros comunitários o investimento é zero e isso não é gerir ou aplicar um orçamento, disse também. Já sobre a água, o senhor deputado não está bem informado, isto porque apresentamos atempadamente as nossas propostas ao ministro da tutela e não paramos de investir nesta área, como demonstram os inúmeros novos reservatórios, concluiu de novo o Senhor Presidente. -----

----- Neste período, o senhor Deputado Guilherme Alves solicitou novamente a palavra para reforçar a sua ideia anterior relativamente à mudança da taxa do IRS e de como tal seria importante para Terras de Bouro. Continuando, achas as referências do Senhor Presidente ao Executivo anterior desajustadas, até porque eram os elementos do atual gabinete de apoio à presidência que estavam precisamente nesse Executivo e não os dois deputados municipais do PS que integram esta assembleia municipal, reprovando o tom de agressividade usada na intervenção do Senhor Presidente. -----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir para

refutar o tom agressivo referido pelo senhor deputado e de como compreende a vontade de se afastarem do passado recente na câmara municipal. Já em relação aos membros do gabinete de apoio, é verdade que me reforcei e os resultados estão à vista de todos, sublinhou o Senhor Presidente. -----

----- Foram de seguida colocados à votação os Documentos Previsionais para dois mil e vinte e quatro, sendo aprovados por maioria com duas abstenções do Partido Socialista.

----- O Senhor Presidente apenas pediu a palavra para agradecer a confiança da assembleia municipal na aprovação dos documentos previsionais. -----

---- Posteriormente foi dado conhecimento do Relatório semestral SROC – Primeiro semestre de dois mil e vinte e três, sem intervenções dos presentes.-----

----- Entrou-se de seguida na análise e votação do oitavo ponto, “ Quarta Revisão aos documentos previsionais para o ano de 2023”. O senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a Proposta à assembleia municipal e que já era do conhecimento prévio da mesma. Assim, foi dito e solicitado o seguinte: -----

A Câmara Municipal celebrou com o ICNF um protocolo de colaboração que tem por objeto a concretização do projeto “Ordenamento da visitação nas cascatas de Fecha de Barjas” através do qual serão transferidos para o Município, € 260.000, para a respetiva concretização; Por outro lado, foram aprovadas as seguintes candidaturas:-----

- *Acompanhamento técnico para preparação e gestão de candidaturas no âmbito do 1.º*

Direito – IHRU - € 19.200;-----

- *Programa RecolhaBio – apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de*

biorresíduos – Fundo Ambiental - € 49.180;-----

Programa de intervenções em habitações – PRR - € 10.000.-----

Aqueles montantes serão afetos aos respetivos projetos, com exceção da verba relativa ao acompanhamento técnico para preparação e gestão de candidaturas no âmbito do 1.º Direito, que já se encontra cabimentado com recurso a verbas do orçamento municipal.-----

Por fim, resulta destas alterações um acréscimo no orçamento municipal de € 338.380, o que faz com o valor total Orçamento Municipal ascenda, no ano de 2023, a € 22.924.309.-----

Assim, apresenta-se, em anexo, a quarta revisão aos documentos previsionais para o ano de 2023, propondo-se à Assembleia Municipal a sua aprovação.-----

----- Sem intervenções e colocado logo depois à votação foi o oitavo ponto aprovado por unanimidade. -----

----- Procedeu-se logo de seguida à análise e votação do nono ponto da ordem, Transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal do Cávado – CIM Cávado -----

----- O Senhor Presidente explicou o processo apresentado à assembleia municipal a proposta introdutória a este assunto e que já era do conhecimento prévio dos senhores deputados nos seguintes moldes:-----

Considerando que: -----

1)A Lei nº 50/2018, de 16.08. veio estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, tendo subjacente a concretização dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local; -----

2)Os artigos 3º e 4º estabelecem os princípios fundamentais subjacentes ao processo de descentralização de competências, sendo de destacar os princípios da universalidade, da atribuição em concreto das competências através de lei, do gradualismo, e de que todas as competências previstas na Lei nº 50/2018 se considera transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021, salvo a opção pela não aceitação durante o período transitório;-----

3)Segundo o artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16.08. o exercício das novas competências pelos órgãos das entidades intermunicipais depende de acordo prévio de todos os municípios que as integram manifestado através das deliberações das assembleias municipais;-----

4)Por outro lado, os vários diplomas setoriais reiteram o requisito do acordo prévio nos seguintes preceitos: -----

a)artigo 4º do DL nº 99/2018, de 28.11. domínio da promoção turística;-----

b)artigo 9º do DL nº 101/2018, de 29.11. no domínio da Justiça; -----

c)artigo 4º do DL nº 102/2018, de 29.11. no domínio dos Projetos financiados; -----

d)artigo 5º do DL nº 103/2018, de 29.11. no domínio dos quartéis de bombeiros voluntários; -----

e)artigo 8º do DL nº 58/2019, de 30.04. no domínio dos transportes de passageiros regular em vias navegáveis interiores;-----

5)Passado o período transitório, a transferência das competências nos domínios atrás mencionados resulta direta e obrigatoriamente da lei (cfr. artigo 4º/3 da Lei nº 50/2018, de 16.08.), pelo que em princípio não seria necessária, nem estaria na discricionariedade das assembleias municipais, a possibilidade de não aceitação de tais competências a partir de 01.01.2021;-----

6)Sucedee que a DGAL em comunicado de 2019 explicitou que é o exercício efetivo da competência pela CIM carece de acordo prévio de todas as assembleias municipais dos municípios que a integram;-----

7)Por outro lado, o Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local em 2021 explicitou que “todas as competências previstas na Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, estabelecida pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, com exceção da saúde, educação e ação social, consideram-se transferidas para as entidades intermunicipais a partir de 1 de janeiro de 2021, dependendo o seu exercício de acordo prévio dos municípios que as integram, conforme disposto no artigo 30.º do citado diploma legal”;-----

8)Assim, face à subsistência do entendimento de que o exercício das competências transferidas não resultam ope legis, mas pressupõem o acordo prévio de todos os municípios integrantes da CIM manifestado pelas respetivas assembleias municipais da assunção das competências transferidas pelos diplomas legais em causa;-----

PROPONHO: -----

Que se remete à Assembleia Municipal, na sequência da concertação efetuada no âmbito do Conselho Intermunicipal da CIM na reunião de 06de abril de 2021, e de forma a obter o necessário acordo prévio, nos termos do artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16.08. articulado com o estabelecido em cada um dos diplomas setoriais e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, a concordância do Município da aceitação por parte da CIM da transferência das competências operada pelos seguintes diplomas legais:-----

a)transferência de competências no domínio da promoção turística interna sub-regional consagrada pelo Decreto-Lei nº 99/2018, de 28.11. (cfr. artigo 4º);-----

b)transferência de competências no domínio da justiça consagrada pelo Decreto-Lei nº 101/2018, de 29.11. (cfr. artigo 9º);-----

c)transferência de competências no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento consagrado pelo Decreto-Lei nº 102/2018, de 29.11.(cfr. artigo 4º);-----

d)transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários consagrado pelo Decreto-Lei nº 103/2018, de 29.11. (cfr. artigo 5º);-----

e)transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores consagrado pelo Decreto-Lei nº 58/2019, de 30.04. (cfr. artigo 8º).-----

---- Sem intervenções solicitadas, o nono ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu logo depois o décimo ponto da ordem de trabalhos:” Designação de Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil” e passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que comunicou que “no seguimento da revisão, do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Terras de Bouro, e de acordo com o estipulado no i) do Artigo 41.º da Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, é necessário a designação por parte da assembleia municipal, de um representante das juntas de freguesias, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil de Terras de Bouro” assunto que se apresenta então hoje nesta assembleia municipal.-----

---- Sobre este ponto ninguém pediu a palavra, iniciando logo depois o senhor Presidente da Assembleia Municipal o respetivo processo eleitoral pelos membros da assembleia, sendo estes convocados por ordem do livro de ponto para, de forma secreta, em local apropriado, proceder ao voto respetivo na única lista(A) proposta e cujo nome inscrito foi o senhor Jacob Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo. Após o respetivo processo o resultado apurado pela Mesa foi o seguinte: 27 votos apurados, 18 votos na lista A, 7 votos nulos e 2 votos em branco. Assim sendo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou a eleição/designação por maioria do senhor Jacob Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil de Terras de Bouro.-----

---- Ainda sobre este ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para agradecer a forma como decorreu o processo, salientando ainda a extrema importância da proteção civil na nossa sociedade e endereçou os parabéns pela eleição ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo. -----

----- De igual forma, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo pediu a palavra para agradecer a confiança manifestada e que tudo fará para desempenhar honrosamente esta lugar na Comissão Municipal de Proteção Civil de Terras de Bouro. --

----- Posteriormente, seguiu-se a análise e votação da alteração ao Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio Destinado ao Fomento da Produção Pecuária no Município de Terras de Bouro, décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos.-----

----- O senhor Presidente do Município voltou a intervir para informar que “o atual Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio Destinado ao Fomento da Produção Pecuária no Município de Terras de Bouro, em vigor, prevê um montante financeiro máximo fixo a atribuir anualmente aos produtores de bovinos, ovinos e caprinos, o qual se encontra desajustado face à atual conjuntura económica. Deste modo, entende a Câmara Municipal que montante financeiro deve ter em conta, em cada ano, as circunstâncias específicas destes produtores e bem assim ser definido anualmente o valor máximo a atribuir no âmbito desse apoio. O montante anual do subsídio a atribuir pelo Município aos produtores de bovinos, ovinos e caprinos, será de 100% dos valores despendidos pelo produtor com os animais, sendo o limite máximo a atribuir por produtor fixado anualmente pela Câmara Municipal e aprovado pela Assembleia Municipal aquando da aprovação dos documentos previsionais e orçamento para aquele ano. A presente alteração ao Regulamento aplica-se a todos os pedidos de apoio que deram entrada a partir de 1 de janeiro de 2023”, concluiu o Senhor Presidente. -----

----- Aberto o período de inscrições, estas não aconteceram e o décimo primeiro ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

----- Por último, foi apresentado o último ponto da ordem de trabalhos, “Voto de Pesar – Senhor Dr. Francisco de Assis Alves de Campos documento que foi lido pela Segunda Secretária da Mesa, senhora Elisa Lameira.-----

----- Colocado logo depois à votação, sem intervenções, foi aprovado por unanimidade o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Francisco de Assis Alves de Campos e consignado um Minuto de Silêncio como forma de Homenagem.-----

----- Ainda antes do encerramento da sessão, o senhor Presidente da Câmara Municipal interveio pela última vez para desejar a todos um Feliz Natal e também um motivo para todos celebrarmos e que se tratou da aprovação da Vezeira de Vilar da Veiga no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal formulou, igualmente, a todos os presentes os “Votos de um Feliz Natal e de um Bom Ano Novo”, eram 00:00 horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal

